



ATA Nº 7/2012

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 2 DE JULHO DE 2012

-----No dia 2 de julho de 2012, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2012 da mesma Assembleia, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 25 de junho de 2012 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de realização de Referendo Local relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal de Lagos sobre a reorganização territorial autárquica a efetuar nos termos dos nºs 1 e 3, do Artigo 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de maio;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1ª Revisão ao Orçamento para o ano 2012;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de acordo de reconhecimento e regularização de dívida e de transação entre o Município de Lagos e a "ACA - Alberto Couto Alves, S. A.";*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Declaração de Utilidade Pública de Expropriação, referente a execução do arruamento V10 - Parcela 7, do Plano de Pormenor de Espiche;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de Relatório de atualização da Carta Educativa do Concelho de Lagos;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Lagos – Republicação;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade no Município de Lagos;*
- PONTO 10 - *Apreciação e votação da proposta de alteração dos anexos do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e dos Parques de Estacionamento Cobertos do Município de Lagos;*



Fl. 69v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

- PONTO 11 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Lagos;*
- PONTO 12 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Lagos;*
- PONTO 13 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Lagos;*
- PONTO 14 - *Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita em Mata Porcas, Freguesia da Luz;*
- PONTO 15 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 16 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para que a FUTURLAGOS – Entidade Empresarial para o Desenvolvimento, E.E.M., promova o Concurso Público de concessão da exploração de 4 quiosques do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha/Avenida dos Descobrimentos e fixação das respetivas condições gerais.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 55 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Fernanda Pires de Miranda Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)



PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	José de Jesus Figueira Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos	1 dia	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros



Fl. 70v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Solicitou substituição para esta reunião, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro.
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Substitui o Sr. Joaquim Pedro Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** Tendo sido apresentadas por escrito as respetivas justificações, apreciadas as mesmas foram pela Mesa consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	REUNIÃO
PS	José de Jesus Figueira Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	25/06/2012
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas	25/06/2012

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso – Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves – Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa – Vereador
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora



-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS SOBRE A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AUTÁRQUICA A EFETUAR NOS TERMOS DOS NºS 1 E 3, DO ARTIGO 11º DA LEI Nº 22/2012, DE 30 DE MAIO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 515-9.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.00

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Bloco de Esquerda tem toda a legitimidade para apresentar este Ponto, mas o mesmo levanta dúvidas ao PSD. Referiu que a pergunta é ambígua, sendo que as perguntas de um referendo local devem ser concretas. Opinou que nunca será possível chegar a um consenso em relação à reorganização territorial autárquica e que este assunto deve ser debatido, mas o referendo não será o instrumento ideal para se chegar a conclusões.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que mais do que discutir o retalho que o Governo PSD está a impor ao País era importante a Assembleia Municipal arranjar uma alternativa ao retalho do Concelho, evitando retalhá-lo da forma imposta pelo Governo. Em relação ao referendo disse que o mesmo nada resolveria, para não falar de todos os custos inerentes à realização de um referendo. Disse que a pergunta proposta para o referendo não é clara e anunciou que o PS considera fora de hipótese a realização deste referendo.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)	21.05

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por afirmar que a CDU é contra a extinção de Freguesias e que a CDU não vai servir de “coveiro” a qualquer Freguesia do Concelho. Disse que não é com base num referendo que esta situação é resolvida. Referiu que esta questão tem algumas questões constitucionais que estão por resolver. Considera que os Deputados Municipais não devem deixar de exercer as suas funções, passando a sua responsabilidade para outros, quando cabe a este Órgão tomar uma posição sobre o assunto devendo tomar a posição contra a



Fl. 71v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

extinção de Freguesias no Concelho. Terminou anunciando que a CDU não iria votar a favor do referendo.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que o CDS não está contra os referendos, mas não concorda com a realização de um referendo em relação à matéria em causa. Referiu que para além dos encargos económicos que traria a realização do referendo, não via qualquer proveito na realização do mesmo.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) em relação à pergunta proposta, disse que a mesma podia ser reformulada. Referiu que BE defende o princípio do referendo e a pronúncia das populações em relação a esta matéria. Afirmou que esta reforma é uma ofensiva do Poder Central contra o Poder Local e numa democracia plena é o povo que deve decidir o que quer.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala a seguinte Deputada da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	21.10

-----Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE REFERENDO LOCAL RELATIVAMENTE À PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS SOBRE A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL AUTÁRQUICA A EFETUAR NOS TERMOS DOS N.ºS 1 E 3, DO ARTIGO 11.º DA LEI N.º 22/2012, DE 30 DE MAIO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	0	1	1
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	16	5	1	1	0	23

-----**DELIBERAÇÃO N.º 50/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, **reprovar** a proposta de realização de Referendo Local relativamente à pronúncia da Assembleia Municipal de Lagos sobre a reorganização territorial autárquica a efetuar nos termos dos n.ºs 1 e 3, do Artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, DE 30 DE MAIO.-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2012:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 515-10.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que desde dois mil e dez que as subidas remuneratórias estão congeladas, sendo que agora aparece um reforço de cerca de vinte e cinco mil euros, por isso pergunta o motivo pelo qual há este reforço qual a necessidade de fazer o reforço maior na rubrica “outros serviços”.-----



----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que numa situação normal, se o Orçamento para 2012 tivesse bem construído, que não está e isso pode ser constatado pela execução do mesmo até ao final de maio, num ato normal de gestão, há uma receita e uma despesa realista para 2012, e havendo um saldo que transita de 2011, o mesmo pode ser distribuído por outras rubricas porque não vai fazer com que nunca haja cobertura da despesa, mas não é isso que se verifica com o Orçamento em vigor. Referiu que ao distribuir o saldo vai fazer com que a previsão da receita aumente, com que a previsão da despesa aumente e que se vai poder gastar mais cerca de seiscentos e um mil euros, os quais não há maneira de pagar, mas no entanto a Assembleia Municipal vai decidir nesse sentido. Disse que esta oportunidade deveria ser aproveitada para alterar o Orçamento convenientemente.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que as alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório só agora foram constatadas e devidamente formalizadas, embora se reportem a períodos anteriores, em relação aos “outros serviços” referiu que é a rubrica onde deve ser contabilizada a retenção que a Autoridade Tributária Aduaneira vai fazer nas transferências a efetuar por conta do IMI. Disse concordar, em parte, com a intervenção do Sr. Rui Araújo, sendo que esta oportunidade poderia servir para rever todo o Orçamento, mas esta alteração comporta a alteração tradicional da transição do saldo do ano anterior. Referiu que esta alteração não significa que a Câmara vá fazer mais despesa, ainda por cima com a entrada em vigor da Lei dos Compromissos. Reconheceu que o Orçamento atual pode não ser o melhor, mas com as alterações legislativas que já se verificaram e ainda se vão verificar, o próximo Orçamento será elaborado ainda com maior rigor.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.20

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2012**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	0	0	17
ABSTENÇÕES	0	0	1	1	1	3
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 51/AM/2012:**

-----**Aprovada**, por maioria, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012, nos termos consignados nas alíneas b) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião



Fl. 72v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

pública ordinária realizada no dia 6 de junho de 2012.-----

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D – 515-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a Lei dos Compromissos é uma Lei fundamentalista, ou seja, se antes as Câmara poderiam governar com alguns excessos, esta Lei não permite, se quer, haver uma gestão. Anunciou que o PSD iria votar a favor desta solicitação da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que esta Lei ao ser aplicada à risca, proíbe a gestão, uma vez que esta Lei obriga ao pagamento da dívida vencida para poder contrair nova. Referiu que nem oito nem oitenta, ou seja, não poderia continuar a acontecer o que se verificava, mas esta situação veio acabar, de vez, com o cariz social praticado pelas Autarquias. Disse que esta Lei veio trazer aquilo que o PSD habituou o País, criar mais desemprego, acabar, o máximo possível, com o apoio social que as autarquias tentavam exercer. Referiu que esta proposta apresentada pela Câmara, na sequência de uma recomendação da Associação Nacional de Municípios, vem restabelecer um pouco o cariz social e restabelecer a gestão do Município. Disse ainda que muitos outros setores são abrangidos por esta Lei e isso não augura nada de bom para o futuro.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a Bancada do PS tenta passar a ideia de que a Governação do PSD serve para a criação de dificuldades na população, que o PSD está no Poder para acabar com o emprego e tirar o dinheiro às pessoas e isso faz-lhe lembrar uma grande referência doutrinária do PS que dizia que as dívidas não se pagam, gerem-se. Referiu que esse tempo já lá vai e entrou-se agora num tempo de responsabilização e de responsabilidade de quem está à frente do Estado, das Instituições Públicas; quem está à frente da coisa pública, deve pautar a sua gestão por princípios quem tendam a não lesar o Estado, nem a administração pública, coisa que foi feita em Portugal em grande escala e que trouxe o País para a atual situação. Disse que o que está em cima da mesa, proposto pela Câmara Municipal, é uma consequência do estado atual das Câmara Municipais. Referiu que a população tem consciência de que tem que fazer determinados sacrifícios porque o caminho trilhado até ao presente não foi o mais correto. Disse que o PSD recusava, refutava e afastava todas e quaisquer insinuações do PS em relação à atual Governação do PSD no País. Referiu que gostava de ver o PS Lagos, no Ponto seguinte da Ordem do Dia, ter a mesma posição que tem em relação à matéria agora em discussão no presente Ponto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU ia votar a favor da Proposta da Câmara uma vez que a acha ponderada. Referiu que esta situação insere-se num



ataque que é global, ao Poder Local, onde só falta os Presidentes de Câmara passarem a ser nomeados em vez de serem eleitos. Disse que há um, conjunto de leis que estão a ser feitas, a chamada reforma administrativa, que vão levar a uma diminuição do que é o atual Poder Local, do papel dos eleitos, dos Órgãos. Referiu que estão em causa os Órgãos eleitos que a meio do caminho alteram-se as regras que os mesmos passam a estar apeados em relação às decisões. Opinou que o que deve ser reforçado são os poderes das Assembleias Municipais, em relação às Câmaras Municipais e não é por culpa do Poder Local que o País chegou ao ponto que está.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que a memória das pessoas é curta, uma vez que se estamos na situação em que estamos é porque houve um “desgoverno” nos últimos dez anos a que todos assistiram. Afirmou que não houve uma gestão racional, tendo-se gasto mais do que se podia, ao longo dos últimos tempos e agora todos estão a sofrer por isso, sendo esta Lei dos Compromissos uma consequência do desvario verificado nos últimos anos e agora há que haver uma coerência para se poder dar volta a toda esta situação.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) lembrou que durante os dez anos de desvario foi feita muita obra e todos utilizaram as obras, mas se houve desvario, neste momento o desvario é ao quadrado, basta para isso ver o que se passa com o BPN. Disse que o atual Governo tem que resolver a questão e os eleitos são livres de dar a sua opinião, é assim que funciona a democracia.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueira Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	21.38

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse concordar com a parte final da intervenção da Sra. Maria Fernanda Afonso, quando disse que quem está a Governar vai ter que resolver aquilo que foi feito e as consequências daquilo que foi feito. Referiu que está um princípio subjacente a esta Lei e que deveria ter estado subjacente aos últimos dez anos de Governação, que é o princípio do custo/benefício, porque obra a todo o custo, dá maus resultados. Disse que se o PS fala do BPN o PSD Lagos recorda as taxas altíssimas que são cobradas pela Câmara Municipal aos seus concidadãos. Afirmou que o PSD, tanto a nível local como Central, irá manter o rumo no sentido de conseguir controlar a despesa, aumentar a receita de modo a fazer face ao estado calamitoso a que as contas públicas ficaram pela Governação Socialista.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) lembrou que se as taxas em Lagos estão nos valores em que estão isso deve-se ao facto da Câmara de Lagos, assim como a maior parte das Câmaras do Algarve, viverem das receitas do IMT e entre dois mil e sete e dois mil e onze o Algarve perdeu cerca de trezentos milhões de euros de receita de IMT e do facto de Lagos ter a necessidade de fazer investimentos em coisas que não



Fl. 73v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

tinha, para se tornar uma cidade mais atrativa. Referiu que tudo isto custa ao PSD porque cada vez que havia eleições autárquicas a população concordava com o que estava a ser feito pelo PS, sendo que a crise chegou quando não deveria ter chegado uma vez que as obras ainda estavam por pagar. Acrescentou que por vontade do PS as taxas municipais estavam por metade mas isso não é possível. Disse que toda esta crise tem origem num Estado que neste momento se farta de rir da Europa que são os Estados Unidos da América. Acrescentou que o único sítio da Europa que passa um pouco ao lado desta crise é a Alemanha que tem uma extrema direita à frente com a Sra. Merkel, que se farta de rir disto tudo.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse ter ficado elucidado com a intervenção do Sr. Hugo Pereira, tendo ficado a saber que a culpa de tudo isto que se passa no Concelho de Lagos é da Sra. Merkel que está na Alemanha a rir de tudo isto. Presume que qualquer desculpa para o PS sirva incluindo evocar a Sra. Merkel para justificar aquilo que não tem justificação. Disse que esta desculpa não deve pegar e aconselhou o PS a arranjar outro tipo de desculpa para tentar justificar-se.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que ao fim de um ano de Governação PSD, verificou-se que o défice aumentou em vez de diminuir, mesmo com as boas medidas apregoadas pelo PSD os resultados foram maus. Referiu que o atual Governo lançou mais impostos, menos subsídios, menos serviços, menos educação, menos saúde, situação que o PSD criticou quando era oposição e o PS tentou ajustar alguns serviços, de uma forma responsável, situação não verificada no presente. Disse que o atual Governo incentiva as pessoas a imigrar e diz que o desemprego é uma oportunidade. Afirmou que a história do País não se fez só nos últimos dez anos, mas sim desde outros anos atrás e que nos últimos dez anos o PS fez coisas menos boas, mas também fez coisas muito boas que levaram ao desenvolvimento do País em muitas áreas importantes. Disse que as medidas anunciadas pelo PSD para resolver a crise estão cada vez mais longe de serem a solução para a resolução do problema.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO.**-----

-----DELIBERAÇÃO Nº 52/AM/2012:

-----**Aprovada**, por unanimidade, a autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de maio de 2012.-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE RECONHECIMENTO E REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA E DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A "ACA - ALBERTO COUTO ALVES, S. A.":** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D – 515-12.-----



Fl. 74

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se a Câmara Municipal estava em condições de cumprir este acordo, uma vez que há uma deliberação do Tribunal Administrativo de Loulé, que é muito menos do que este montante e que a Câmara custa a pagar.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que a Câmara Municipal tinha condições para cumprir o acordo.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE RECONHECIMENTO E REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA E DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A "ACA - ALBERTO COUTO ALVES, S. A."**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	0	1	1	20
ABSTENÇÕES	0	5	1	0	0	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 53/AM/2012:**

-----**Aprovado**, por maioria, o acordo de reconhecimento e regularização de dívida e de transação entre o Município de Lagos e a "ACA - Alberto Couto Alves, S. A.", nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de maio de 2012.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 58 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 20 minutos.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO, REFERENTE A EXECUÇÃO DO ARRUAMENTO V10 - PARCELA 7, DO PLANO DE PORMENOR DE ESPICHE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D – 515-13.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO, REFERENTE A EXECUÇÃO DO ARRUAMENTO V10 - PARCELA 7, DO PLANO DE PORMENOR DE ESPICHE.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 54/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, nos termos e para os efeitos previstos no artigo



Fl. 74v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

12º, do Código das Expropriações e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 6 de junho de 2012: Declarar a utilidade pública para efeitos de expropriação da Parcela 7, do Plano de Pormenor de Espiche. a) a causa da utilidade pública é a execução do arruamento V10; b) o bem a expropriar é a parcela de terreno designada parcela 7, com a área total de 950m², sita em Rasas, freguesia da Luz, confrontado de norte com periferia da zona urbana, de sul com Estrada Nacional 125,1, de nascente com Parque de Campismo e poente com caminho municipal; c) os proprietários da parcela a expropriar são: Maria José Reis Torrão Miguéns, Maria dos Anjos Reis Torrão, Josefina do Rosário dos Reis Torrão Barbosa, Josefina Sofia Reis Torrão, António Lopes Dias, António Marciano Graça Lopes, Manuel Graça Lopes, Maria Bárbara Valente Grilo Graça; d) a previsão do montante do encargo a suportar com a expropriação é de 11 723,00€ (onze mil setecentos e vinte e três euros) e e) para o imóvel a expropriar e sua zona de localização está previsto no Plano de Pormenor de Espiche a execução do arruamento V10.-----

-----**PONTO 7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D – 515-14.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse concordar com a não elaboração de uma nova Carta Educativa, mas realçou a oferta de salas para o ensino público, o decréscimo na frequência do pré-escolar, no segundo ciclo e mesmo no secundário, a tendência da passagem do privado para o público e o facto de ter que ser repensado o que está previsto para o parque escolar de Espiche e da Luz. Referiu que estes dados têm que levar a uma análise política, sobretudo porque está a aumentar o número de alunos no ensino secundário e a diminuir o número dos alunos nos outros escalões de ensino, o que vai fazer com que passem a haver salas vazias, isto leva a ter que ser repensado o parque escolar.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) começou por felicitar quem elaborou o documento trazido à Assembleia Municipal. Disse ter ficado satisfeita por ao fim de cinco anos ter-se feito o balanço e de terem chegado à conclusão de que os cenários previstos não eram impossíveis, concluindo que todas as decisões tomadas ao longo dos últimos anos, foram decisões acertadas e ao chegar-se à conclusão de que não é necessário elaborar nova carta educativa isso quer dizer que vai haver mais um horizonte de cinco anos em que se vai estar estabilizados. Em relação ao aumento de alunos no ensino secundário, disse que isso deve-se ao facto de passar a ser obrigatório o ensino secundário e do ensino profissional ter muita aceitação, provavelmente por não haver emprego.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse ter registados alguns dados mencionados no documento apresentado. Apontou alguns fatores para os números apresentados



como a baixa natalidade e o regresso de muitos imigrantes ao País de origem. Em relação ao aumento do número de estudantes no ensino secundários disse que a justificação já tinha sido dada pela Sra. Paula Couto.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que a Carta Educativa é um instrumento importante para analisar o desenvolvimento de uma cidade. Referiu que há muitos imigrantes que regressaram aos seus países de origem e isso tem influência no número de alunos que frequentam as escolas do Concelho. Informou que no segundo ciclo não há salas vagas.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) agradeceu os esclarecimentos dados pelas Sras. Deputadas Municipais.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não encontra outra forma na legislação em relação à Carta Educativa que não seja a revisão da mesma. Considerou que ao longo dos últimos cinco anos houve algumas alterações, modificações e mexidas, pelo que é da opinião de que deveria ter sido feito uma revisão da Carta Educativa. Realçou o eufemismo colocado no início do documento apresentado, quando em vez de ser dito que foram encerradas oito escolas é dito que ficaram oito escolas suspensas, incluindo uma que foi derrubada no Pincho. Disse que se vai continuar a assistir ao encerramento de escolas, entre as quais algumas não estavam previstas encerrar, como foi a de Barão de S. João.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que as alterações que surgiram não justificam uma revisão da Carta Educativa. Referiu que a palavra “suspensão” decorre da designação legal. Reconheceu que algumas situações carecem de uma análise e essa análise está a ser feita em conjunto com os Agrupamentos de Escolas e com a Direção Regional de Educação.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	5	1	0	1	25
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO Nº 55/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar o relatório de atualização da Carta Educativa do Concelho de Lagos, ao abrigo do disposto no nº 4, do artigo 20º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, conjugado com a alínea b), do nº 3, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 6 de junho de 2012.-----

-----**PONTO 8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE LAGOS – REPUBLICAÇÃO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos



Fl. 75v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D – 515-15.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE LAGOS – REPUBLICAÇÃO.**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 56/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, bem como a sua republicação, decorrente da alteração ao Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude (criado pela Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro) introduzida pela Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de maio de 2012.-----

-----**PONTO 9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE NO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D – 515-16.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução a este assunto e apresentou os Técnicos da Câmara Municipal que estão à frente da equipa que elaborou o Regulamento.-----
Seguidamente teve lugar a apresentação do Regulamento, por parte Técnicos Municipais Dr. Paulo Candeias e Eng^a Marisa Palma, tendo os mesmos abordado o assunto “Licenciamento Zero”, relacionado com a elaboração do Regulamento em causa.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) questionou sobre as taxas.-----

-----O Sr. Dr. Paulo Candeias, da Câmara Municipal, esclareceu que os novos procedimentos não isentam de taxas os requerentes, uma vez que a Ocupação da Via Pública (OVP) e a publicidade continuam a ser taxadas. Acrescentou que as taxas estão a ser tratadas pelo respetivo Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagos que está a ser alterado.-----

-----A Sra. Eng^a Marisa Palma, da Câmara Municipal, esclareceu que vai continuar a obrigatoriedade do licenciamento da OVP, uma vez que o balcão “Licenciamento Zero” ainda não o permite fazer diretamente. Disse que neste momento o que está isento de taxas é o licenciamento e o controlo prévio na publicidade em fachadas de estabelecimentos ou na propriedade do estabelecimento, sendo que nestes casos a Câmara Municipal perde as taxas a cobrar, sendo que tem que haver um maior



controlo à posteriori.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se este processo de publicidade e Ocupação de Via Pública, quando estiverem a funcionar a cem por cento, todos tinham que recorrer ao Balcão do Empreendedor.-----

-----A Sra. Eng^a Marisa Palma, da Câmara Municipal, esclareceu que só tem que recorrer ao Balcão do Empreendedor quem quiser efetuar alguma alteração ao que tem no presente, ou quando tiver que tirar a licença de Ocupação da Via Pública. Aí já tem que o fazer no Balcão do Empreendedor, quando essa função estiver disponível.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que esta discussão ainda vai durar muito uma vez que há dificuldades de interpretação da nova legislação, mas este novo Regulamento é a fusão de dois existentes, o da Ocupação da Via Pública e da Publicidade, por força da legislação, e por isso considera haver necessidade de haver discussão pública do novo Regulamento e isso não se verificou.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que nada obriga a uma discussão pública deste Regulamento, uma vez que estão a fundir dois regulamentos e não a criar um novo.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE NO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	4	1	0	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO Nº 57/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade no Município de Lagos, ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 6 de junho de 2012.-----

-----Não participou na votação por se encontrar ausente da sala o Sr. Rui Araújo (PSD).-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Votei contra por considerar que o Regulamento deveria ter sido alvo de discussão pública.”-----

-----**PONTO 10 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ANEXOS DO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números



Fl. 76v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

D - 515-17.-----
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Marreiros, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) felicitou a Futurlagos por ter adotado a forma diversa apresentada agora, designadamente com a criação da época baixa e época alta e dos fins de semana, indo essa decisão ao encontro dos desejos da população.--

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) perguntou se tinha sido equacionado prolongar o tempo máximo de estacionamento, que é atualmente de três horas, nas zonas B e C.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que mesmo nas zonas mais distantes do Centro Histórico, onde o estacionamento é pago à superfície, também existem parques de estacionamento subterrâneos, pelo que quem prevê demorar mais tempo estacionado, deve colocar o veículo em parque subterrâneo.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que a Lei que obriga os Municípios a fazer o estudo económico das taxas, diz claramente no seu artigo sexto que compete à Assembleia Municipal aprovar as taxas de estacionamento e isso não está a ser cumprindo. Disse que uma das competências do Presidente da Assembleia Municipal é averiguar da legalidade das deliberações e dos assuntos que são presentes à Assembleia Municipal. Referiu que a época alta e baixa neste Regulamento, não coincidem com a época alta e baixa que está expressa no Regulamento apreciado no Ponto da Ordem do Dia anterior, ou seja, não há uma época alta e uma época baixa igual no Município. Disse não ver na documentação apresentada pela Câmara Municipal para este Ponto referencia a facto da Câmara Municipal ter dado a concessão do Parque de Estacionamento do Raminhos e de outros três na Meia Praia ao Esperança de Lagos, por isso perguntou se estas concessões eram para vir à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, sobre a questão dos preços e tarifas disse que a alínea f) do artigo vigésimo terceiro dos Estatutos da Futurlagos, aprovados pela Assembleia Municipal, diz “compete à Câmara Municipal a aprovação dos preços e das tarifas, sobre proposta do Conselho de Administração”, pelo que é da opinião de que os preços e tarifas não necessitam de aprovação por parte da Assembleia Municipal. Sobre a questão da época alta e da época baixa disse que os Serviços iam ter em conta a observação feita, mas estas época foram definidas pela Empresa Municipal, enquanto que as referidas no Regulamento anteriormente apreciado, foram definidas pelos Serviços da Câmara Municipal. Informou que a Câmara não concessionou os Parques da Meia Praia nem do Raminhos, apenas tinha feito um protocolo com o Esperança de Lagos, no âmbito das comemorações dos cem anos deste clube, uma vez que a Câmara não está em condições de conceder subsídios, a Câmara cedeu ao clube a utilização dos espaços municipais referenciados, com o intuito de proporcionar a quem estaciona o carro nesses locais maior segurança, podendo os Clube solicitar aos utilizadores, a titulo de apoio à atividade desportiva praticada pelo Esperança de Lagos, a quantia de um euro.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que ceder, conceder ou fazer



protocolo, neste caso é a mesma coisa, uma vez que a Câmara Municipal cedeu, mediante um protocolo, espaço de estacionamento para exploração ao Clube de Futebol Esperança de Lagos, sendo que este Clube não é o único Clube da cidade, com todo o respeito que este Clube merece. Disse que qualquer lacobrigense que queira ir à Meia Praia todos os dias, paga trinta euros por mês. Afirmou que esta situação deve-se ao facto de não haver uma política definida de apoio ao associativismo e ser ao sabor das dificuldades dos clubes maiores do Concelho em detrimento dos mais pequenos e por isso quem beneficia sempre mais é o Esperança de Lagos e a Gil Eanes com os chorudos subsídios. Disse que tudo isto tem que levar um travão e ser bem ponderado, sendo que a Assembleia Municipal também tem que se pronunciar sobre isto. Terminou dizendo que estava contra estas cedências e contra os protocolos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse concordar com as palavras da Sra. Maria Fernanda Afonso. Referiu que a Assembleia Municipal já se tinha manifestado contra a cobrança de estacionamento no Raminhos e a Câmara tinha conhecimento da opinião, pelo que parece que a Câmara quer ir contra a opinião da Assembleia Municipal. Disse que esta forma de financiamento prejudica a população e que cria novas taxas que não estão aprovadas pela Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) deu os parabéns à Câmara pela benesse que a Câmara Municipal deu ao Clube de Futebol Esperança de Lagos, esperando que o Esperança de Lagos tenha capacidade de abranger todas as coletividades do Concelho, uma vez que todas as coletividades lacobrigenses estão a passar por grandes dificuldades.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que tinha muito gosto em debater este assunto em Ponto da Ordem do Dia, se a Assembleia Municipal um dia o quiser propor, mas o Ponto em discussão nada tem a ver com o assunto levantado e por isso recusou-se a participar na discussão do assunto colocado.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ANEXOS DO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO COBERTOS DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	5	1	0	0	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO Nº 58/AM/2012:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar as alterações aos anexos “Períodos de Estacionamento” e “Zonas de Estacionamento” do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e dos Parques de Estacionamento Cobertos do Município de Lagos, ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada



Fl. 77v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 6 de junho de 2012.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), no seguimento do acordado aquando da aprovação da Ordem do Dia, informou que a discussão pública referente aos Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Lagos, 12 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Lagos e 13 - Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Lagos, da Ordem do Dia terminou no dia 29 de junho e foram algo de participação, pelo que anunciou a retirada da Ordem do Dia dos Pontos mencionados. Em relação ao Ponto 14 - Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita em Mata Porcas, Freguesia da Luz, informou o Plenário de que o prazo para apresentar alguma reclamação referente à desafetação termina no dia 3 de julho, pelo que não poderia ser o assunto discutido nesta reunião.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse lamentar ter dado um voto de confiança ao ter aprovado a presente Ordem do Dia desta Sessão da Assembleia Municipal e anunciou que nunca mais aprovará uma Ordem do Dia que esteja nestas condições.-

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NA DELIBERAÇÃO TOMADA:** Nas deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 9 de julho de 2012, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 14 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 40 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,-----

-----, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--